

Maciel fortalece Legislativo

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), apresentou proposta de emenda submetendo os ministros de Estado ao Legislativo. Caberá ao Senado aprová-los previamente e a Câmara poderá determinar seu afastamento por manifestação da maioria.

Maciel, que definiu sua proposta como a de equipotência de poderes, fortalece ainda mais o Legislativo quando estabelece que poderá sustar qualquer ato do Executivo que exceda seu poder de regulamentação das leis.

MUDANÇAS

Haverá, a seu ver, uma redistribuição de poderes para terminar com a hipertrofia do Executivo, que tem justificado as sucessivas tentativas de implantação do parlamentarismo. Os principais fundamentos da proposta de Maciel são os seguintes:

1 — O presidente continua sendo chefe de Estado e de governo; 2 — a eleição presidencial será em dois turnos; 3 — os ministros dos tribunais superiores, o procurador-geral e dirigentes de instituições financeiras oficiais serão nomeados pelo presidente, mas aprovados previamente pe-

lo Senado; 4 — a lei poderá estabelecer a mesma exigência para outros cargos; 5 — os ocupantes de cargos em comissão da administração direta e indireta do Executivo, com suspeita de conduta incompatível apurada por CPI, poderão ser afastados por decisão da maioria do Senado ou da Câmara; 6 — o presidente não mais poderá vetar projetos por inconstitucionalidade, podendo, no entanto, recorrer ao STF, que decidirá a respeito; 7 — o veto do presidente a projeto considerado contrário ao interesse nacional poderá ser derrubado pela maioria absoluta; 8 — o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional são substituídos pelo Conselho de Estado, que terá oito membros; 9 — o Legislativo poderá sustar qualquer ato do Executivo que exceda o seu poder de regulamentação das leis.

O presidente do PFI frisou, na justificativa, que a exigência de aprovação prévia do Senado para nomeação de ministro de Estado tem dado certo no sistema americano. Este sistema de contrapeso ao poder absoluto do presidente da República foi defendido por Alexandre Hamilton em "O Federalista".

CORREIO BRAZILIENSE

Leônidas deixa Delfim alegre

O deputado Delfim Netto (PDS/SP) está eufórico com a declaração do ministro do Exército, general Leônidas Pires, de que se houver redução do mandato do presidente José Sarney, a Constituinte deve, por uma questão moral, aprovar as eleições gerais este ano.

Delfim Netto, que apresentou ontem emenda nesse sentido, assinada com o deputado Jorge Arbage (PDS/PA), está chamando o general Leônidas, com carinho, de "o nosso terceiro signatário". Para Arbage, o ministro do Exército colocou muito bem o aspec-

to moral e deu grande reforço para aprovar a tese das eleições gerais.

EMPOLGANDO

Apesar das resistências, especialmente no Senado, o movimento pelas eleições gerais está crescendo. O deputado José Moura (PFL/PE), autor de emenda nesse sentido, já tem 80 assinaturas para pedido de destaque, o que obrigará sua votação, mesmo que o relator não a inclua em seu substitutivo. Entre as 80 assinaturas há somente um senador com mandato de oito anos, que é José Agripino (PFL/RJ).

- 8 JAN 1988